



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Goiás

Câmpus  
Valparaíso

**RELATÓRIO  
CPA VALPARAÍSO**

**AUTOAVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

**2025**

**Relatório de Autoavaliação Institucional**

**Ano Referência - 2025**

**IFG - Câmpus Valparaíso**



**Ministério da Educação**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

**Relatório de Autoavaliação Institucional**  
**Ano Referência - 2025**

Valparaíso, mês de abril.



**Reitoria do IFG**

**Reitora**

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

**Diretoria Executiva**

Wanderley Azevedo de Brito

**Pró-Reitoria de Administração**

Diego Silva Xavier

**Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos**

Sandra Abadia Ferreira

**Pró-Reitoria de Ensino**

Tauã Carvalho de Assis

**Pró-Reitoria de Extensão**

Reinaldo de Lima Reis Júnior

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Lorena Pereira de Souza Rosa

**Diretoria Geral do Câmpus Valparaíso**

Luiz Henrique de Azevedo Oliveira

**Equipe Comissão Central da CPA 2025/2027**

Michele Siqueira  
**Presidente**  
**Representante Docente 1**

Aniela Pilar Campos de Melo  
**Secretária**  
**Representante Docente 2**

Viviane Bueno Guimarães  
**Representante Técnico-Administrativa 1**

Patrícia Souza Barbosa Oliveira  
**Representante Técnico-Administrativa 2**

Walter Pereira de Freitas  
**Representante Técnico-Administrativa 3**

Larissa Messias Moraes  
**Representante Docente 3**

Sthefanny Memore do Carmo  
**Representante Discente 1**

Bárbara Angela Scanduzzi de Souza  
**Representante Discente 2**

Gabriel Nascimento de Oliveira  
**Representante Discente 3**

**Equipe Elaboradora – Comissão Local de Avaliação – Câmpus Valparaíso**

**Portaria n. 5779 - REITORIA/IFG, de 11 de novembro de 2025**

Davi Araújo Quaresma Lemos  
**Representante Docente**

Nívia Maria Assunção Costa  
**Representante Docente**

Márcia Rosa de Melo  
**Representante Técnica-Administrativa**

Rafael Lima Meireles de Queiroz  
**Técnica-Administrativa**

Fabiana Santos Oliveira  
**Representante Discente**

Ricardo Alessandro Rodrigues  
**Representante Discente**

Michelle da Silva Pereira Dias  
**Técnica-Administrativa (Suplente)**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CC – Conceito de curso  
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica  
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CONCAMPUS – Conselho do Campus  
CONSUP – Conselho Superior  
CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CPA – Comissão Própria de Avaliação  
CPC – Conceito Preliminar de Curso  
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente  
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior  
DOC – Docentes  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
IES – Instituições de Educação Superior  
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
IGC – Índice Geral dos Cursos  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
MEC – Ministério da Educação  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PEI – Procuradoria Educacional Institucional  
PPC – Projeto Pedagógico do Curso  
PPI – Projeto Pedagógico da Instituição  
PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão SIC – Serviço de Informação ao Cidadão  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior  
TAE – Técnico/a Administrativo/a

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Número e Proporção de Discentes por Modalidade	17
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Distribuição da oferta de vagas no IFG-Câmpus Valparaíso-ANO 2025	17
Quadro 2 - Avaliações internas e externas	19
Quadro 3 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP	19
Quadro 4 - Dimensões avaliadas pelo INEP	20
Quadro 5 - Notas dos cursos superiores no ENADE e no CPC	23
Quadro 6 - Composição da CPA Central IFG 2025-2027	26
Quadro 7 - Composição da Comissão Local (CPAL)	28
Quadro 8 - Participação na Autoavaliação Institucional por segmento	30
Quadro 9 - População e amostra por estratos correspondentes	33
Quadro 10 - Cronograma de execução das atividades referentes ao processo de autoavaliação da CPA Valparaíso - ANO 2025	35
Quadro 11 - Eixo 1, Dimensão 8 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	39
Quadro 12 - Eixo 2, Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	42
Quadro 13 - Eixo 2, Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição	45

## SUMÁRIO

Lista de Gráficos	8
Lista de Quadros	8
INTRODUÇÃO	10
1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS	12
2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES	18
2.1. AVALIAÇÕES EXTERNAS:	19
2.1.1. AVALIAÇÕES IN LOCO:	19
2.1.2. AVALIAÇÕES IN LOCO: RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DO IFG	20
2.1.3. INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	21
2.1.3.1. ENADE	21
2.1.3.2. CPC e IGC	22
2.1.3.3. ENADE E CPC DO CÂMPUS VALPARAÍSO-IFG - 2025	22
2.1.4. AVALIAÇÃO INTERNA - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	23
2.1.4.1. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG	24
2.1.5. ATUAL COMPOSIÇÃO DA CPA DO IFG	25
2.1.6. COMPOSIÇÃO DA CPA LOCAL DO CÂMPUS VALPARAÍSO	28
2.1.7. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG	29
3. METODOLOGIA	30
3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO	31
3.2. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	31
3.2.1. QUESTIONÁRIOS	31
3.2.2. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA	32
3.3. ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICAÇÕES À GESTÃO.	33
3.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	34
4. AUTOAVALIAÇÃO 2025: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	36
4.1. EIXO 1, DIMENSÃO 8 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	36
4.2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	40
4.2.1. EIXO 2, DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	40
4.2.2. EIXO 2, DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6. REFERÊNCIAS	48

## INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição.

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O processo de autoavaliação 2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores, o qual está organizado em um formato de ciclo trienal de avaliação, durante os quais as 10 dimensões avaliativas previstas no art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 são divididas em 5 eixos de avaliação conforme explicitados a seguir, sendo esses eixos contemplados em cada um dos anos que compõem o ciclo total de avaliação. As etapas de coleta, análise e interpretação dos dados foram realizadas de maneira transparente e colaborativa, de modo que os resultados obtidos possam subsidiar a elaboração de ações que fortaleçam as áreas de destaque e tratem de forma eficaz as fragilidades identificadas.

Os cinco eixos estão organizados da seguinte forma conforme as dez dimensões do Sinaes:

**Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:** considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes.

**Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional:** contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

**Eixo 3 – Políticas Acadêmicas:** abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

**Eixo 4 – Políticas de Gestão:** compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

**Eixo 5 – Infraestrutura Física:** corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Dessa forma, consideramos contemplar todos eixos de avaliação em ciclo trienal, sendo o ciclo vigente considerado de 2025 a 2027. Neste primeiro ano de autoavaliação, os eixos contemplados foram os 1 e 2, no ano de 2026 o eixo contemplado serão os 3, 4 e 5 e em 2027, faremos uma avaliação geral de todos os ciclos. Ao final de cada ciclo anual, os relatórios gerados são amplamente divulgados e servirão como base para o planejamento estratégico do IFG, permitindo a tomada de decisões fundamentadas e o ajuste das metas.

Este relatório é o primeiro deste ciclo trienal e inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI e as análises do período que constituíram o objeto de avaliação, o qual se ocupou de avaliar os eixos 1 e 2.

**•Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

**Dimensão 8:** planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

**•Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

**Dimensão 1:** Função social e o plano de desenvolvimento institucional.

**Dimensão 3:** a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Este relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte organização:

- Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
- Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
- Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
- Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação

institucional do ano 2025, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.

➤ Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.

➤ Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ao ano de 2025, presentes neste relatório, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais.

## **1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS**

O Câmpus Valparaíso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) insere-se no contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tendo sido fundado em 29 de setembro de 2014, com a finalidade de ampliar a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade na região do entorno do Distrito Federal. Sua criação atende a uma demanda crescente por formação técnica e superior em uma região caracterizada por intenso crescimento populacional e por desafios socioeconômicos relevantes. Desde sua implantação, o câmpus tem desenvolvido suas atividades fundamentado no tripé ensino, pesquisa e extensão, buscando contribuir para o desenvolvimento regional por meio da formação integral de seus estudantes, articulando conhecimento técnico, científico e formação cidadã.

Localizado no município de Valparaíso de Goiás, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE-DF), o câmpus apresenta posição estratégica, permitindo o atendimento não apenas da população local, mas também de municípios adjacentes, como Luziânia, Cidade Ocidental e Novo Gama. Essa localização amplia significativamente sua área de influência e reforça seu papel como instituição pública de referência na região. O público atendido é diversificado, abrangendo estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, jovens e adultos na modalidade EJA, discentes de

cursos superiores e participantes de ações de extensão, sendo expressiva a presença de estudantes oriundos de escolas públicas e de contextos socioeconômicos diversos, o que evidencia sua função social no processo de democratização do acesso à educação.

O Câmpus Valparaíso dispõe de infraestrutura física compatível com sua oferta formativa e com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. O terreno no qual está instalado possui área total de aproximadamente 53.023,83 m<sup>2</sup>, com cerca de 5.000 m<sup>2</sup> de área construída. A estrutura contempla o Galpão Tecnológico, que reúne ambientes especializados para a formação prática dos estudantes, incluindo Laboratório de Instalações Elétricas, Laboratório de Máquinas Elétricas, Laboratório de Usinagem Convencional, Laboratório de Robótica/Informática, Laboratório de Soldagem e Fundição e o Laboratório IF Maker (espaço para impressão 3D, scanner 3D, além de suporte técnico).

Além do Galpão Tecnológico, o Câmpus Valparaíso dispõe de outros espaços que ampliam as condições de ensino, convivência e desenvolvimento integral dos estudantes. Destaca-se a presença de quadra poliesportiva equipada para diferentes modalidades, incluindo gols de futsal, rede de voleibol, mesa de tênis de mesa e materiais destinados ao treinamento de atletismo, como colchão para salto em altura, equipamentos para arremesso de peso e disco, além de estrutura para salto em distância, corridas com barreira e práticas como slackline. No âmbito acadêmico e de apoio, dispõe de restaurante estudantil com cozinha completa, biblioteca com espaço destinado ao estudo individual e coletivo, bem como auditório equipado com sala de comando de áudio e vídeo.

A estrutura inclui ainda o Bloco Educacional e Administrativo, no qual se concentram setores estratégicos como Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA), Direção-Geral, Chefia de Gabinete, Recursos Humanos, Comunicação/Jornalismo, setor de Convivência, GEPEX, CORAE/CAAAE e Sala dos Professores. No mesmo bloco, encontram-se dez salas de aula e ambientes especializados, tais como Laboratório de Mecânica, Laboratório de Ciências, Laboratório de Matemática, Laboratório de Eletrônica e Circuitos Elétricos, Laboratório de Física, Sala de Desenho e Sala de Multimídia, consolidando uma infraestrutura diversificada e, em grande medida, adequada às demandas formativas do câmpus. Todavia, considerando a ampliação das atividades acadêmicas, o crescimento da oferta de cursos e a necessidade de aprimoramento das condições de ensino, pesquisa e extensão, evidencia-se a demanda por expansão da infraestrutura física, com a construção de novos blocos que possibilitem maior capacidade de atendimento e qualificação dos espaços institucionais.

No que se refere à oferta formativa, o câmpus disponibiliza cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Automação Industrial e Mecânica, além do curso técnico em

Eletrotécnica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No ensino superior, são ofertados os cursos de Bacharelado em Engenharia Elétrica e Licenciatura em Matemática, além da pós-graduação lato sensu na área de Ensino na Educação Básica. Essa estrutura de cursos evidencia a vocação institucional para as áreas tecnológicas e de formação de professores, articulando educação básica, técnica e superior de forma integrada. A oferta de vagas segue, de modo geral, o padrão de aproximadamente 30 vagas por turma nos cursos técnicos e entre 30 e 40 vagas nos cursos superiores, compatível com a capacidade instalada do câmpus e com as diretrizes da Rede Federal.

As atividades acadêmicas são organizadas de forma integrada, contemplando o ensino regular, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e a execução de ações de extensão. No âmbito da pesquisa, o câmpus participa de programas institucionais como PIBIC, PIBIC-EM e PIBITI, incentivando a iniciação científica desde o ensino médio e promovendo a integração entre teoria e prática. Já no campo da extensão, destacam-se projetos e cursos voltados à comunidade, com forte inserção social, especialmente junto a públicos em situação de vulnerabilidade, escolas públicas e comunidades rurais, o que evidencia a capilaridade das ações extensionistas e seu impacto regional.

O quadro de servidores do câmpus é composto por docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e por técnicos-administrativos em educação, os quais atuam de forma integrada no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. Atualmente, o câmpus conta com 41 docentes e 31 servidores técnico-administrativos. No que diz respeito ao corpo discente, conforme dados institucionais referentes ao ano de 2025, o câmpus possui um total de 298 estudantes com matrícula ativa, distribuídos entre as diferentes modalidades de ensino. Desse total, 112 alunos estão matriculados em cursos técnicos integrados ao ensino médio, 33 alunos na modalidade técnico integrado – Educação de Jovens e Adultos (EJA), 74 alunos na Licenciatura em Matemática e 79 alunos no Bacharelado em Engenharia Elétrica, não havendo, no período considerado, alunos matriculados em cursos de especialização lato sensu.

Observa-se que a maior concentração de estudantes se encontra nos cursos técnicos integrados, o que reforça a centralidade da educação básica articulada à formação profissional no âmbito do câmpus. Por outro lado, os cursos superiores apresentam quantitativos equilibrados, indicando estabilidade na demanda e consolidação das ofertas formativas. Esses dados evidenciam a relevância do câmpus no atendimento educacional da região, bem como a consistência de sua estrutura acadêmica.

O ingresso nos cursos ocorre por meio de processos seletivos específicos, sendo adotados, nos cursos técnicos, procedimentos como provas ou sorteios, e, nos cursos superiores, a utilização do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para as ações de extensão, o ingresso se dá por meio de editais próprios ou inscrições abertas à comunidade. Essas diferentes formas de acesso contribuem para ampliar a inclusão e garantir maior equidade no ingresso aos cursos ofertados.

No âmbito da pesquisa, o Câmpus Valparaíso desenvolve atividades estruturadas por meio de programas institucionais de iniciação científica e tecnológica, com destaque para as modalidades PIBIC, PIBIC-EM, PIBITI e projetos de pesquisa vinculados a docentes (CPP), evidenciando um ambiente acadêmico ativo e diversificado. No período analisado, foram identificados 18 projetos de pesquisa executados, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e níveis de formação, com participação direta de estudantes e docentes.

Observa-se a predominância da modalidade PIBIC-EM, com 10 projetos, o que evidencia o compromisso institucional com a iniciação científica no ensino médio e com a formação precoce de competências investigativas. As demais modalidades distribuem-se entre PIBIC (4 projetos), CPP (3 projetos) e PIBITI (1 projeto), demonstrando a coexistência de pesquisas voltadas tanto à formação discente quanto à produção acadêmica docente.

No que se refere à participação discente, os projetos envolvem aproximadamente 33 estudantes, com média de cerca de 1,8 discentes por projeto, indicando acompanhamento próximo por parte dos orientadores e favorecendo o desenvolvimento individualizado das atividades de pesquisa. A análise das áreas de conhecimento evidencia uma distribuição equilibrada entre os campos tecnológicos e humanísticos, com predominância das áreas de engenharia, automação e tecnologias (aproximadamente 41%), seguidas pelas ciências humanas e linguagens (cerca de 35%) e pelas ciências exatas e naturais (aproximadamente 23%).

Destaca-se que parcela significativa das pesquisas apresenta caráter aplicado, especialmente aquelas vinculadas às áreas de automação, engenharia elétrica e mecânica, com desenvolvimento de soluções tecnológicas, sistemas eletrônicos e aplicações experimentais. Paralelamente, observa-se a presença de pesquisas voltadas às dimensões educacionais, sociais e culturais, abordando temas como letramento acadêmico, diversidade, gênero, políticas públicas e linguagem, o que contribui para o fortalecimento da formação crítica e cidadã.

Atualmente, o Câmpus Valparaíso conta com quatro núcleos de pesquisa em funcionamento: o Núcleo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares em Diversidade (DIVERSAS), criado em 2019, com atuação nas áreas de direitos humanos, inclusão e diversidade; o Núcleo de Agroecologia e Sistemas Produtivos Orgânicos (NASPO), implantado em 2016, com foco em sustentabilidade, produção agrícola e educação ambiental; o Núcleo de Pesquisa em Engenharia, Matemática e suas Tecnologias (NEMATEC), criado em 2019, voltado ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de engenharia, automação e matemática aplicada; e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Linguagem (NEP-Linguagem), instituído em 2021, com atuação nas áreas de linguística, educação e tecnologias educacionais.

No âmbito da extensão, o Câmpus Valparaíso desenvolve ações voltadas à promoção da inclusão social, da formação cidadã e da articulação com a comunidade externa, por meio de projetos estruturados e alinhados às diretrizes institucionais. No período analisado, destacam-se quatro projetos de extensão com diferentes perfis de atuação e abrangência, evidenciando tanto a capilaridade social quanto a diversidade temática das ações desenvolvidas.

Entre os projetos executados, destaca-se o *Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para o acesso de estudantes da rede pública à Rede Federal (PartiuIF – Turmas 1 e 2)*, com carga horária de 480 hora, voltado a grupos sociais vulneráveis e com caráter formativo intensivo. Também se evidencia o *Curso de Formação Continuada em Teologia*, com 36 horas, direcionado a comunidades escolares e trabalhadores do campo, bem como o projeto *Cine Valparaíso*, com 40 horas, com atuação junto a escolas municipais por meio de abordagem multidisciplinar. Destaca-se ainda o projeto *Produção e Disponibilização de Material Didático para a EJA*, com carga horária de 32 horas, caracterizando-se como ação de amplo alcance social. Considerando o conjunto das ações, observa-se a oferta total de 588 horas de atividades extensionistas, o que evidencia a expressiva atuação do câmpus na promoção de atividades voltadas à comunidade externa. Verifica-se, ainda, a predominância de projetos com foco educacional e social, especialmente direcionados a públicos em situação de vulnerabilidade e à educação básica pública.

Diante do exposto, observa-se que o Câmpus Valparaíso apresenta uma estrutura acadêmica consolidada, com oferta diversificada de cursos e atuação significativa nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Sua inserção territorial estratégica, aliada à capacidade de atendimento a diferentes públicos e à articulação entre formação técnica e

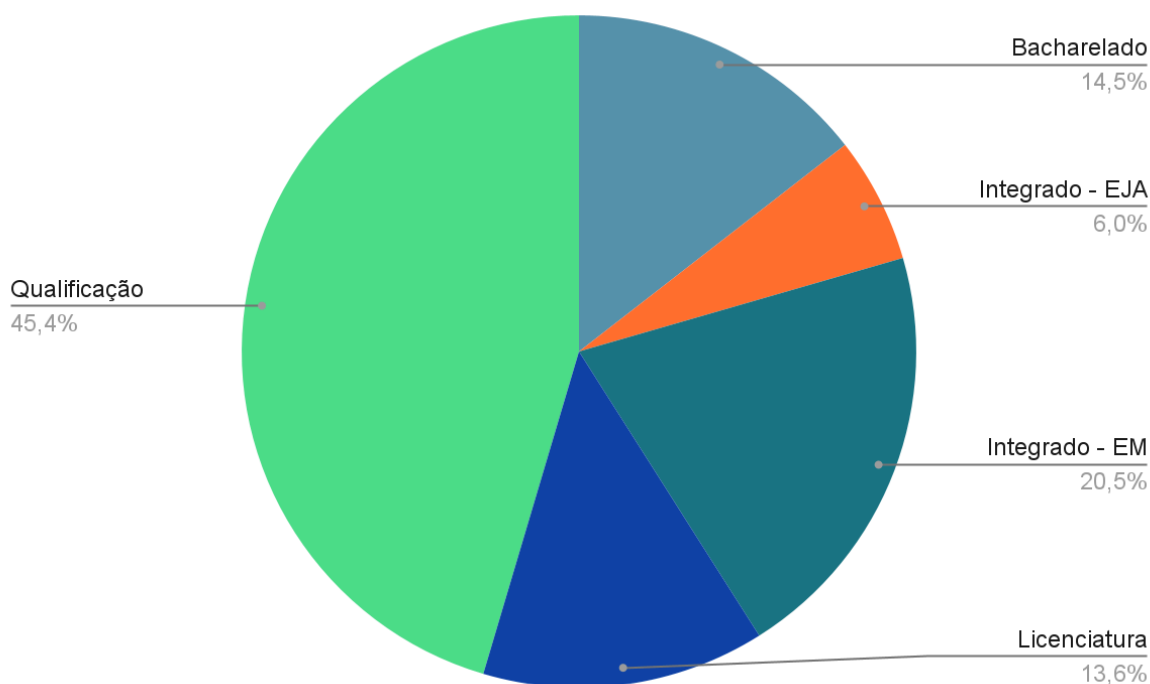
desenvolvimento social, reforça seu papel como agente de promoção do desenvolvimento regional e de ampliação das oportunidades educacionais no Entorno do Distrito Federal.

O quadro que segue esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, nos diversos campus e modalidades:

*Quadro 1: Distribuição da oferta de vagas no IFG-Câmpus Valparaíso - ANO 2025*

MODALIDADE	Soma de Total de Matrículas
Bacharelado	79
Especialização	0
Integrado - EJA	33
Integrado - Em Tempo Integral	112
Licenciatura	74
Qualificação Profissional (FIC)	248
<b>Total Geral</b>	<b>546</b>

*Gráfico 1: Número e Proporção de Discentes por Modalidade*



O Gráfico 1 sintetiza a distribuição do número de discentes por modalidade de ensino no Câmpus Valparaíso no ano de 2025, evidenciando a concentração de matrículas nos cursos de Qualificação Profissional (FIC), que totalizam 248 estudantes, correspondendo à maior parcela do corpo discente. Em seguida, destacam-se os cursos técnicos integrados ao ensino médio em tempo integral, com 112 alunos, seguidos pelos cursos superiores, com 79 alunos no Bacharelado em Engenharia Elétrica e 74 alunos na Licenciatura em Matemática,

indicando relativo equilíbrio na demanda entre as duas áreas de formação superior ofertadas pelo câmpus. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta 33 estudantes, representando uma parcela menor, porém significativa, no atendimento a públicos específicos. Não há registros de matrículas na modalidade de especialização no período analisado.

A análise dos dados evidencia a centralidade dos cursos técnicos integrados na estrutura acadêmica do câmpus, ao mesmo tempo em que demonstra a consolidação dos cursos superiores, com quantitativos equilibrados e consistentes. Observa-se, ainda, a diversidade de modalidades ofertadas, o que reforça o papel do câmpus na promoção de diferentes itinerários formativos. Esses resultados indicam uma distribuição relativamente equilibrada entre educação básica e ensino superior, com predominância da formação técnica integrada, alinhada às diretrizes da Rede Federal e às demandas regionais.

## 2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES

Em primeiro lugar, é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs. As Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas a um rigoroso sistema de atos regulatórios, avaliações periódicas e monitoramento de indicadores de qualidade para garantir o melhor nível de ensino. Desse modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5.773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

*Quadro 2: Avaliações internas e externas*

Avaliações internas	Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade
Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA	Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - <b>ENADE</b>  Conceito Preliminar de Curso ( <b>CPC</b> ), gerado a partir do ENADE e outros insumos.

		Índice Geral dos Cursos - <b>IGC</b> , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.
--	--	---

## 2.1. AVALIAÇÕES EXTERNAS:

### 2.1.1. AVALIAÇÕES *IN LOCO*:

As avaliações *in loco* compõem as avaliações externas realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições nos processos de credenciamento e reconhecimento de seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por cursos ofertados, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

*Quadro 3: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP*

EIXOS	DIMENSÕES
<b>Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional</b>	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
<b>Eixo II -Desenvolvimento Institucional</b>	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
<b>Eixo III – Políticas Acadêmicas</b>	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
<b>Eixo IV – Políticas de Gestão</b>	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
<b>Eixo V – Infraestrutura Física</b>	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP<sup>1</sup>, deverão ser avaliadas três dimensões:

<sup>1</sup>[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)

Quadro 4: Dimensões avaliadas pelo INEP

<b>Dimensão 1</b>	Organização Didático-Pedagógica
<b>Dimensão 2</b>	Corpo docente e tutorial
<b>Dimensão 3</b>	Infraestrutura

### **2.1.2. AVALIAÇÕES *IN LOCO*: RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DO IFG**

O reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos superiores do IFG são realizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O processo de reconhecimento/renovação de reconhecimento é executado seguindo um fluxo processual que abrange diversas etapas, sendo a avaliação *in loco* uma delas. Os cursos precisam ter autorização para iniciar as atividades após a entrada do Instituto de Ensino Superior (IES) no Sistema Federal de Ensino. Assim, é possível receber o reconhecimento do curso, o que possibilitará emitir diplomas aos graduados. Para obter a renovação do reconhecimento, necessário para dar continuidade a oferta, a instituição é submetida a um processo de avaliação periódica.

O instrumento utilizado para realizar a avaliação dos cursos é confeccionado pelo Inep com base nas diretrizes estabelecidas pelos órgãos do MEC, abrangendo três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial, e Infraestrutura, constante no Processo Pedagógico do Curso – PPC. No final do processo de avaliação, a comissão de avaliadores elabora um relatório apresentando as informações relacionadas à realidade encontrada durante a visita, gerando assim o Conceito de Curso - CC.

O Conceito de Curso – CC é graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. O cálculo utilizado para determinar o Conceito de Curso considera pesos atribuídos às três dimensões do instrumento de avaliação, sendo: dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) tem peso 30; a dimensão 2 (Corpo Docente e Tutorial) tem peso 40, e a dimensão 3 (Infraestrutura) tem peso 30.

### **2.1.3. INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

#### **2.1.3.1. ENADE**

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um procedimento de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que avalia o rendimento

---

dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos e às habilidades e competências adquiridas em sua formação. O ENADE é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme [Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Republicada em 31 de agosto de 2018](#). O Ministério da Educação define anualmente as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

### **2.1.3.2. CPC e IGC:**

Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

- i.- de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 04, de 05 de agosto de 2008;
- ii.- de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de

- setembro de 2008;
- iii.- de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;
- § 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.
- § 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, em que, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade; e conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

### 2.1.3.3. ENADE E CPC DO CÂMPUS VALPARAÍSO-IFG - 2025

No que se refere aos indicadores de qualidade da educação superior, o Câmpus Valparaíso apresenta resultados no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e no Conceito Preliminar de Curso (CPC) que permitem avaliar o desempenho de seus cursos de graduação no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Foram considerados os dados mais recentes disponíveis até o momento da elaboração deste relatório, correspondentes às últimas edições avaliativas realizadas anteriormente ao ano de 2025.

*Quadro 5: Notas dos cursos superiores no ENADE e no CPC*

<b>Grau</b>	<b>Rótulo CINE</b>	<b>Ano<sup>2</sup></b>	<b>ENADE</b>	<b>CPC</b>
Bacharelado	Engenharia Elétrica	2023	2	3
Licenciatura	Matemática Formação de Professor	2021	3	4

No curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, avaliado no ciclo de 2023, o câmpus obteve conceito 2 no ENADE e conceito 3 no CPC. O resultado indica desempenho insatisfatório no exame de estudantes, ao passo que o CPC, que incorpora múltiplas

<sup>2</sup> Foram inseridas as datas nas quais foram realizadas as últimas avaliações anteriores ao ano de 2025.

dimensões como corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica, alcança nível satisfatório, sugerindo que outros fatores institucionais contribuem para a qualidade do curso além do desempenho discente no exame.

Já o curso de Licenciatura em Matemática (Formação de Professor), avaliado no ciclo de 2021, obteve conceito 3 no ENADE e conceito 4 no CPC. Esses resultados indicam desempenho satisfatório dos estudantes e um bom nível de qualidade global do curso, evidenciando consistência entre os indicadores e refletindo positivamente a estrutura acadêmica, o corpo docente e os recursos disponíveis.

De forma geral, observa-se que os cursos de graduação do Câmpus Valparaíso apresentam desempenho dentro dos padrões avaliativos do Sinaes, com destaque para o curso de Licenciatura em Matemática, que alcança conceito elevado no CPC. Por outro lado, os resultados do curso de Engenharia Elétrica indicam a necessidade de atenção institucional, especialmente no que se refere ao desempenho discente no ENADE, o que pode subsidiar ações de melhoria no processo formativo.

#### **2.1.4. AVALIAÇÃO INTERNA - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC<sup>3</sup> é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição,

campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação a esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP, estabeleceu prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral.

O relatório 2025 é a primeira etapa para a consolidação do relatório integral, conforme o ciclo de avaliação trienal que compreende o período de 2025 a 2027. Segue a distribuição conforme cada etapa:

- até 31 de março de 2025 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2026 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2027 – relatório integral.

#### **2.1.4.1. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG**

A autoavaliação institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) teve início em 2004, com a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), formalizada pela Portaria nº 313, de 12 de agosto de 2004, posteriormente alterada pela Portaria nº 601, de 23 de novembro de 2004. A partir de sua constituição, a CPA iniciou os trabalhos de elaboração de seu projeto e regulamento, estruturando as bases do processo avaliativo institucional. Desde o ano de 2005, a CPA do IFG vem produzindo regularmente relatórios de autoavaliação, consolidando-se como instrumento fundamental para o diagnóstico institucional e o planejamento estratégico.

Um marco relevante no fortalecimento da autoavaliação foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir de 2015, conforme previsto no §1º do art. 8º do Regulamento da CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Inicialmente, foram constituídas subcomissões nos campi Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia, sendo posteriormente ampliadas para os demais câmpus do IFG. A criação das SLAs permitiu a descentralização do processo avaliativo, garantindo maior capilaridade, participação da comunidade acadêmica e aderência às especificidades de cada unidade.

No Câmpus Valparaíso, a Subcomissão Local de Avaliação foi instituída em 2016, tendo como primeiro produto o relatório de autoavaliação referente ao ano de 2017, que marcou o início da sistematização das informações avaliativas no âmbito local. Entretanto, o ciclo avaliativo subsequente foi significativamente impactado pelo contexto da pandemia de COVID-19, que comprometeu a continuidade dos processos institucionais e a realização das etapas de coleta e análise de dados. Conforme levantamento realizado pela atual comissão, não houve publicação de relatório referente a esse período. Assim, o presente relatório de 2025 representa a retomada sistemática das atividades de autoavaliação no Câmpus Valparaíso, buscando atualizar o diagnóstico institucional e subsidiar o planejamento e a melhoria contínua das ações acadêmicas e administrativas.

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da instituição, assegurando a imparcialidade do processo avaliativo. Para fins de suporte administrativo, a comissão encontra-se vinculada à Diretoria Executiva, o que garante as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, sem prejuízo de sua autonomia técnica.

### **2.1.5 ATUAL COMPOSIÇÃO DA CPA DO IFG**

A CPA no IFG é organizada por uma Comissão Central e Comissões Locais dos Câmpus. As Comissões são constituídas por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e membros da sociedade civil referendados pelo Conselho Superior (CONSUP), e pela nova Resolução (Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019). Há participação de membros da sociedade civil também nas Comissões Locais, os quais são indicados pelo Concâmpus de cada unidade.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores.

Em 2025, foi nomeada por portaria, para a coordenação das atividades da CPA Central, instituída pela Portaria Nº 5860- REITORIA/IFG, DE 14 DE MARÇO DE 2025, a seguinte composição de membros:

#### *Quadro 6: Composição da CPA Central IFG 2025-2027*

<b>CPA CENTRAL</b> PORTARIA Nº 5860 - REITORIA/IFG, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025
--

<b>Nome</b>	<b>Câmpus / Instituição</b>	<b>Segmento</b>	<b>Designação</b>
Michele Siqueira	Anápolis	Docente	Titular (Coordenadora)
Aniela Pilar Campos de Melo	Cidade de Goiás	Docente	Titular (Secretária)
Larissa Messias Moraes	Aparecida de Goiânia	Docente	Titular
Marcos de Luca Rothen	Goiânia	Docente	Suplente
Divino Gabriel Lima Pinheiro	Formosa	Docente	Suplente
Jeovane Dias Coelho	Goiânia Oeste	Docente	Suplente
Sthéfanny Mémore do Carmo	Formosa	Discente	Titular
Bárbara Angela Scandiuzzi de Souza	Jataí	Discente	Titular
Gabriel Nascimento de Oliveira	Itumbiara	Discente	Titular
Luís Arthur Rodrigues Costa	Itumbiara	Discente	Suplente
Carlos Daniel Rodrigues de Sousa	Jataí	Discente	Suplente
Carlos Alberto dias da Silva Junior	Jataí	Discente	Suplente
Viviane Bueno Guimaraes	Jataí	Técnico Administrativo em Educação	Titular
Patricia Souza Barbosa Oliveira	Jataí	Técnico Administrativo em Educação	Titular
Walter Pereira de Freitas	Jataí	Técnico Administrativo em Educação	Titular
Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa	UEG	Sociedade Civil Organizada	Titular
Lidiane Monteiro de Abreu	IEL	Sociedade Civil Organizada	Titular
Rejane Carmo Rezende Dias	UEG	Sociedade Civil Organizada	Titular
Eliene Mariano da Silva	Pacto pela Inovação	Sociedade Civil Organizada	Suplente
Carla Carolina Batista Machado	PUC	Sociedade Civil Organizada	Suplente
Karolline Fernandes Siqueira	HUB Goiás	Sociedade Civil Organizada	Suplente

De acordo com o Artigo 19 da Resolução nº 38, de 25, de novembro de 2019, as competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Elaborar o plano de autoavaliação definindo objetivos, metodologias, recursos necessários e calendário das ações avaliativas de âmbito institucional;

- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalho da CPA Central com calendário de reuniões;
- Conduzir o processo de autoavaliação institucional;
- Definir os instrumentos e mecanismos que serão utilizados na avaliação institucional, contemplando a análise global e integrada dos fatores que interferem no desempenho institucional;
- Promover a sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na construção da proposta avaliativa, por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros;
- Ouvir a comunidade interna no processo de autoavaliação institucional;
- Sistematizar as informações coletadas e elaborar o relatório de autoavaliação institucional, conforme preceitos definidos na legislação e orientado pelo plano de autoavaliação e suas modificações;
- Dar publicidade ao relatório de autoavaliação institucional;
- Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre a autoavaliação institucional aos órgãos federais de educação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação para as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional;
- Acompanhar, com o apoio das CPAs dos Câmpus, o desenvolvimento dos processos de avaliação externa dos diversos cursos do IFG;
- Dar ampla publicidade às suas atividades;
- Fortalecer o protagonismo das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus e a integração entre essas e a CPA Central;
- Acompanhar, junto à gestão do IFG, a elaboração e implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem melhorados apontados no Relatório de Autoavaliação.

#### **2.1.6. COMPOSIÇÃO DA CPA LOCAL DO CÂMPUS VALPARAÍSO - 2025**

A composição da Comissão Própria de Avaliação Local (CPAL) do Câmpus Valparaíso, referente ao ano de 2025, foi definida por meio de indicação da Direção-Geral do câmpus, conforme formalização expressa na Portaria nº 5779 - REITORIA/IFG, de 19 de novembro de 2025. Tal forma de constituição buscou assegurar a representatividade dos

diferentes segmentos da comunidade acadêmica — docentes, técnicos-administrativos e discentes —, bem como a viabilidade operacional dos trabalhos da comissão.

A CPAL é composta por membros titulares representantes dos segmentos docente, técnico-administrativo em educação (TAE) e discente, além de membro substituto, conforme detalhado no Quadro 6. A diversidade de representação visa garantir a pluralidade de perspectivas no processo de autoavaliação institucional, fortalecendo a legitimidade e a qualidade das análises produzidas.

*Quadro 7: Composição da Comissão Local (CPAL)*

<b>CPA LOCAL - VALPARAÍSO</b>		
PORTARIA Nº 5779 - REITORIA/IFG, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025		
<b>Docente</b>	<b>TAE</b>	<b>Discente</b>
Davi Araujo Quaresma Lemos	Marcia Rosa de Melo	Fabiana Santos Oliveira
Nivia Maria Assuncao Costa	Rafael Lima Meireles de Queiroz	Ricardo Alessandro Rodrigues
-	Michelle da Silva Pereira Dias (Substituta)	-

De acordo com o Artigo 20 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019, as competências das Comissões Locais de Avaliação (CPA) são:

- Colaborar com a CPA Central na construção do Plano de Autoavaliação Institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalhos da CPA dos Câmpus com calendário de reuniões;
- Colaborar na construção e organização dos indicadores e instrumentos de avaliação;
- Desenvolver o processo de autoavaliação no Câmpus, conforme o Plano de Autoavaliação Institucional;
- Organizar reuniões periódicas para desenvolver suas atividades;
- Elaborar os relatórios de avaliação parciais e integrais do respectivo Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade para o processo de autoavaliação institucional;
- Zelar pelos dados obtidos no processo de autoavaliação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação no âmbito do Câmpus para a Coordenação de Comunicação Social;

- Encaminhar para as Coordenações de Cursos Superiores os resultados da autoavaliação institucional referentes aos seus respectivos cursos;
- Participar das reuniões de avaliações externas no âmbito do Câmpus;
- Colaborar com a CPA Central sempre que lhe for solicitado;
- Apresentar à comunidade acadêmica os resultados obtidos na autoavaliação Institucional;
- Acompanhar, junto à gestão do Câmpus, a elaboração e a implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem aprimorados de acordo com os apontamentos no Relatório de Autoavaliação.

### **2.1.7. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG**

O Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que define metodologias, processos, critérios e a avaliação na etapa da meta-avaliação. Desse modo, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica do câmpus Valparaíso na Pesquisa de Autoavaliação Institucional, em 2017, em relação a 2025, houve decréscimo na participação da comunidade acadêmica em quase todos os segmentos (o único segmento em que houve acréscimo de participação foi o segmento dos servidores Técnicos Administrativos), sendo que o decréscimo total foi de 47,28% (Quadro 02).

*Quadro 8- Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2022- 2025) - IFG Valparaíso*

Segmento	Ano		Evolução de 2025 em relação a 2022
	2017	2025	
Docentes	12	42	+250%
Discentes	17	77	+ 352,94%
TAEs	12	11	-8,33%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>130</b>	<b>+217,07%</b>

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 (Valparaíso) e Processo de Autoavaliação Institucional 2025 (Valparaíso).

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia adotada no processo de autoavaliação 2025, no âmbito da Comissão Própria de Avaliação (CPA) local, foi delineada em consonância com as diretrizes estabelecidas pela CPA Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, considerando, ainda, a experiência acumulada em ciclos avaliativos anteriores, as especificidades do câmpus e os recursos institucionais disponíveis.

Em 2025, o processo de autoavaliação local seguiu integralmente a proposta metodológica definida pela CPA Central, especialmente no que se refere à estrutura do instrumento de coleta de dados, à organização dos eixos e das dimensões avaliativas e aos procedimentos de aplicação. Destaca-se que o questionário utilizado foi elaborado com base em versões anteriores, tendo sido aprimorado pela instância central com o objetivo de torná-lo mais sucinto, objetivo e adequado à realidade institucional, favorecendo maior adesão da comunidade acadêmica.

O presente relatório busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela dinâmica de atuação da CPA local. Nas seções que seguem, apresenta-se o delineamento do estudo, os eixos e as dimensões contempladas, bem como a população pesquisada, seus extratos e unidades de análise. Descrevem-se, ainda, os instrumentos de coleta de dados utilizados, as técnicas de aplicação, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados, em alinhamento com as diretrizes institucionais vigentes.

### **3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO**

Neste ciclo do processo de avaliação institucional (2025), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicou os questionários via Google Forms para todos os públicos da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos-administrativos dos Campus; técnicos-administrativos da Reitoria). O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da instituição considerando-se 02 (dois) eixos, dos 05 (cinco) eixos, e suas respectivas dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

#### **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, os resultados e a eficácia da autoavaliação institucional.

#### **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: A função social e o plano de desenvolvimento institucional.

Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

### **3.2. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS**

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou como instrumento consulta à comunidade por meio de questionários elaborados pela CPA que investigam dados quantitativos e qualitativos. Foram aplicados quatro questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente, técnicos-administrativos lotados no câmpus e técnicos-administrativos lotados na Reitoria.

Deve-se ressaltar que o Relatório de Autoavaliação será disponibilizado na página da CPA (<http://ifg.edu.br/comissoes/cpa>).

#### **3.2.1. QUESTIONÁRIOS**

Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos e qualitativos, sobre os aspectos avaliados. Porém, em virtude das especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas para a realidade do perfil técnico, docente e estudantil. Os questionários abordaram, de forma concisa e objetiva, os eixos de “Planejamento e Avaliação Institucional” e “Desenvolvimento Institucional”, utilizando uma semântica que visou eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário. A consulta foi realizada no período de 01 de dezembro a 22 de

dezembro de 2025. Foram utilizados diferentes meios para a divulgação do processo avaliativo como links de acesso divulgados na página eletrônica da instituição, *e-mail* institucional, boletins de notícias e redes sociais.

Destaca-se que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, houve um trabalho de sensibilização junto à comunidade para promover adesão ao processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

O questionário de 2025 foi elaborado para ser claro e sucinto, buscando construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes dimensões dos eixos avaliados. As opções de respostas variam entre “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”.

### **3.2.2. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA**

A população considerada nesta pesquisa foi composta pelos três segmentos da comunidade acadêmica do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Valparaíso: discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação (TAEs), contemplando, assim, os principais atores envolvidos nas atividades institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Um dos maiores desafios enfrentados pela CPA local no processo de autoavaliação consistiu em promover o engajamento efetivo desses segmentos e alcançar níveis satisfatórios de participação e representatividade, tendo em vista que o preenchimento do questionário não possui caráter obrigatório. Nesse sentido, foram adotadas estratégias de mobilização institucional com vistas a ampliar a adesão da comunidade acadêmica, buscando superar limitações observadas em ciclos avaliativos anteriores.

Para a construção dos dados apresentados neste relatório, foram considerados exclusivamente os questionários respondidos de forma completa, de modo a assegurar maior consistência e confiabilidade às análises realizadas.

Com o objetivo de complementar e qualificar a interpretação dos dados quantitativos obtidos, procedeu-se à análise de documentos institucionais relevantes ao contexto do Câmpus Valparaíso e do IFG como um todo, dentre os quais se destacam:

- o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI);
- relatórios de avaliações externas vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- relatórios institucionais elaborados pelas Pró-Reitorias e setores administrativos.

A articulação entre dados quantitativos e análise documental possibilitou uma compreensão mais abrangente da realidade institucional, contribuindo para a identificação de potencialidades e fragilidades específicas do Câmpus Valparaíso. O Quadro 9 apresenta uma síntese da população e amostra considerada.

*Quadro 9: População e amostra por estratos correspondentes*

	Segmentos			
	Docentes	Discentes	TAE's	Total
População	42	298	31	371
Amostra	42	77	11	130
Percentual	100%	25,84%	35,48%	35,04%

### **3.3. ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICAÇÕES À GESTÃO.**

No questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto, entretanto, verificando o conhecimento, o pertencimento e a participação por meio de perguntas, cujas opções de respostas foram “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”, os resultados mostraram um questionário menos denso, complexo e cansativo.

A metodologia adotada em relatórios anteriores, com possibilidade de respostas apenas entre "SIM" ou "NÃO", embora resultasse em maior objetividade e simplificação do questionário em sua construção, demonstrava fragilidades significativas no contraste das respostas de algumas perguntas.

Desde a autoavaliação de 2020, a CPA adota uma metodologia que considera perguntas em cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.

- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.
- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

**MANTER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

**DESENVOLVER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75,99%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

**MELHORAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50,99%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

**SANAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25,99%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

### 3.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para condução do processo de autoavaliação, a CPA utilizou-se de dois pilares: Ações de Sensibilização da Comunidade e elaboração dos Relatórios de Autoavaliação Locais e Institucional de 2025. Assim, as CPAL e a CPA (central) cumpriram o seguinte cronograma:

*Quadro 10: Cronograma de execução das atividades do processo de autoavaliação - 2025.*

<b>Ação</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
Reunião de capacitação das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus	Participação na reunião de esclarecimento sobre as atribuições da CPA central e CP's Locais, as legislações que regem o processo de autoavaliação e a relação da autoavaliação com os processos regulatórios da educação superior.	Todos os membros da CPA - Valparaíso	nov. de 2025
Envolvimento dos membros da CPA (central e de Câmpus), de forma contínua e efetiva.	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração foi realizada por meio de reuniões presenciais, emails, grupo de whatsapp e memorandos	Todos os membros da CPA - Valparaíso	Permanente
Divulgação do material da CPA	Fixar banners, convidando na comunidade a participar da autoavaliação, bem como divulgar em redes sociais, e-mail e nas páginas eletrônicas dos câmpus do IFG.	Todos os membros da CPA - Valparaíso	nov. - dez. de 2025
Aplicação dos questionários	Mobilizar a comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório. Recomenda-se acompanhar estudantes aos laboratórios, garantindo o preenchimento.	Todos os membros da CPA - Valparaíso	dez. de 2025
Análise dos dados quantitativos e consulta aos documentos institucionais	As comissões (CPA's dos câmpus) deverão analisar os dados dos questionários e consultar os documentos institucionais para qualificação dos dados de seus respectivos câmpus;	Todos os membros da CPA - Valparaíso	fev. e mar. de 2026
Elaboração do Relatório de Autoavaliação	Escrita dos Relatórios	Todos os membros da CPA - Valparaíso	fev. - abr. de 2026

#### **4. AUTOAVALIAÇÃO 2025: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Nesta seção, apresentam-se os resultados da autoavaliação institucional de 2025, acompanhados de análises quantitativas e qualitativas. A interpretação dos dados, associada à consulta a setores internos e à revisão de documentos institucionais, permitiu identificar pontos fortes e fragilidades, bem como subsidiar propostas de melhoria voltadas ao desenvolvimento institucional.

As informações estão organizadas conforme os eixos e as dimensões do SINAES, seguindo a seguinte lógica:

1. Apresentação do questionamento realizado na pesquisa de autoavaliação, com fundamentação no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), na legislação vigente e em documentos orientadores do MEC/INEP;
2. Análise dos dados quantitativos, incluindo taxas de aprovação e respostas “Não sei”, por segmento da comunidade acadêmica;
3. Indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, considerando tanto o desempenho por segmento quanto os indicadores definidos pela CPA;
4. Discussão qualitativa sobre os achados, integrando percepções, evidências documentais e contextos institucionais.

Conforme descrito na metodologia, utiliza-se como parâmetro, para determinar o nível de fragilidade ou potencialidade, o percentual de respostas classificadas como “BOM” ou “ÓTIMO” pelos participantes, permitindo a priorização de ações corretivas ou de fortalecimento, conforme os resultados obtidos.

##### **4.1. EIXO 1, DIMENSÃO 8 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A análise dos dados do Câmpus Valparaíso, no âmbito do Eixo 1, Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação Institucional, evidencia um cenário heterogêneo, com avanços pontuais, mas ainda marcado por fragilidades relevantes, especialmente no que se refere à apropriação dos resultados da autoavaliação institucional e à percepção sobre os encaminhamentos decorrentes desse processo.

No que diz respeito ao conhecimento da comunidade acadêmica acerca dos resultados do último processo de autoavaliação conduzido pela CPA, os índices de aprovação foram de 45,46% entre discentes, 45,24% entre docentes e 36,36% entre técnicos-administrativos.

Esses resultados enquadram-se na faixa de **MELHORAR**, indicando que a comunidade não possui apropriação satisfatória dos resultados da avaliação institucional. Destaca-se, adicionalmente, a elevada incidência de respostas “Não sei”, especialmente entre discentes (33,77%) e docentes (26,19%), evidenciando fragilidades nos processos de comunicação e divulgação dos resultados da CPA no âmbito do câmpus.

Em relação à percepção sobre as respostas e encaminhamentos institucionais às demandas identificadas nos relatórios de avaliação, os resultados apresentam variação entre os segmentos, com índices de aprovação de 42,35% entre discentes, 49,35% entre docentes e 54,76% entre técnicos-administrativos. Nesse caso, os segmentos discente e docente permanecem na faixa de **MELHORAR**, enquanto os técnicos-administrativos situam-se na faixa de **DESENVOLVER**. Esses dados indicam que, embora haja alguma percepção de resposta institucional, ela ainda não é suficientemente consolidada ou amplamente reconhecida pela comunidade acadêmica.

No que se refere à divulgação do planejamento anual do câmpus, os índices de aprovação foram de 45,45% entre discentes, 49,85% entre docentes e 61,04% entre técnicos-administrativos. Assim, os segmentos discente e docente enquadram-se na categoria **MELHORAR**, enquanto os técnicos-administrativos situam-se em **DESENVOLVER**, indicando avanços, mas ainda com necessidade de aprimoramento na transparência e na comunicação do planejamento institucional.

Por outro lado, a participação na elaboração do planejamento anual apresenta os resultados mais positivos. Os índices de aprovação foram de 60,89% entre discentes, 76,19% entre docentes e 45,45% entre técnicos-administrativos. Dessa forma, os discentes situam-se na faixa de **DESENVOLVER**, os docentes atingem o patamar de **MANTER**, sendo o único segmento a alcançar nível satisfatório de qualidade, e os técnicos-administrativos permanecem na faixa de **MELHORAR**, evidenciando menor inserção nos processos decisórios.

Entretanto, ainda se verifica a presença de respostas “Não sei”, sobretudo entre técnicos-administrativos no que se refere à participação no planejamento (27,27%), o que aponta para a necessidade de ampliação das estratégias de inclusão e comunicação interna, de modo a garantir maior transparência e engajamento de todos os segmentos.

De modo geral, observa-se que nenhum dos indicadores analisados se encontra na faixa de **SANAR**, o que indica ausência de situações críticas extremas. No entanto, a predominância de indicadores classificados como **MELHORAR** e **DESENVOLVER** evidencia fragilidades relevantes na articulação entre avaliação e planejamento institucional.

À luz da Dimensão 8 do SINAES, os resultados do Câmpus Valparaíso indicam a necessidade de fortalecimento da cultura avaliativa, com ênfase na ampliação da divulgação dos resultados da CPA, no aprimoramento dos mecanismos de feedback institucional e na promoção de maior participação da comunidade acadêmica, especialmente dos técnicos-administrativos. Destaca-se, ainda, a importância de institucionalizar práticas que garantam a efetiva utilização dos dados da autoavaliação no planejamento e na tomada de decisões, de modo a consolidar um ciclo contínuo de avaliação e melhoria da qualidade institucional.

Quadro 11: EIXO 1, DIMENSÃO 8 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Eixo 1, Dimensão 8	1 – O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:				2 – A resposta e o encaminhamento institucionais dados às demandas indicadas nos relatórios de avaliação produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) são:				3 – A divulgação do planejamento anual do seu Câmpus é:				4 – A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:			
	%	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE
Ótimo	14,29%	23,81%	0%	12,70%	15,58%	23,81%	0%	13,13%	18,18%	30,95%	9,09%	19,41%	N.A.	19,05%	0%	9,53%
Bom	31,17%	21,43%	36,36%	29,65%	33,77%	30,95%	45,45%	36,72%	42,86%	45,24%	36,36%	41,49%	N.A.	38,10%	36,36%	37,23%
Regular	16,88%	21,43%	27,27%	21,86%	24,68%	9,52%	27,27%	20,49%	24,68%	11,90%	18,18%	18,25%	N.A.	21,43%	18,18%	19,81%
Ruim	1,30%	4,76%	18,18%	8,08%	0%	0%	0%	0,00%	2,60%	4,76%	9,09%	5,48%	N.A.	4,76%	18,18%	11,47%
Péssimo	2,60%	2,38%	0%	1,66%	2,60%	2,38%	0%	1,66%	2,60%	4,76%	0%	2,45%	N.A.	4,76%	0%	2,38%
Não sei	33,77%	26,19%	18,18%	26,05%	23,38%	33,33%	27,27%	27,99%	9,09%	2,38%	27,27%	12,91%	N.A.	11,90%	27,27%	19,59%
Aprovação	45,46%	45,24%	36,36%	<b>42,35%</b>	49,35%	54,76%	45,45%	<b>49,85%</b>	61,04%	76,19%	45,45%	<b>60,89%</b>	N.A.	57,15%	36,36%	<b>46,76%</b>

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – Média. N.A. – Não Avaliado.

## **4.2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

O Eixo 2 do SINAES abrange as Dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição), tendo como foco a análise da coerência e da evolução entre as proposições institucionais formalizadas em documentos oficiais, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e as práticas efetivamente implementadas no cotidiano acadêmico e administrativo.

Nesse contexto, o desenvolvimento institucional está diretamente relacionado à capacidade da instituição em articular e integrar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, promovendo não apenas a excelência acadêmica, mas também sua inserção social, o desenvolvimento local e regional, bem como a formação cidadã dos estudantes.

Essa integração estratégica assegura que a instituição cumpra sua função social, contribuindo para a transformação da realidade em que está inserida, fortalecendo seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo da sociedade.

### **4.2.1. EIXO 2, DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A análise dos dados do Câmpus Valparaíso, no âmbito da Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, evidencia um cenário dual, no qual se observa elevado nível de conhecimento acerca da função social do IFG, contrastando com fragilidades significativas no conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

No que se refere ao conhecimento sobre a função social do IFG, os índices de aprovação foram de 77,93% entre discentes, 90,47% entre docentes e 81,81% entre técnicos-administrativos, resultando em média geral de 83,40%. Esses resultados enquadram-se na faixa de **MANTER**, indicando que esse aspecto atende aos requisitos de qualidade estabelecidos. Destaca-se o elevado nível de compreensão entre docentes e técnicos-administrativos, bem como o desempenho satisfatório entre discentes, com baixa incidência de respostas “Não sei” (2,60%), o que demonstra que a função social da instituição está relativamente bem difundida e consolidada no câmpus.

Por outro lado, no que diz respeito ao conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019, prorrogado até 2025), os índices de aprovação foram significativamente inferiores, com 35,06% entre discentes, 66,67% entre docentes e 45,45% entre técnicos-administrativos, resultando em média geral de 49,06%. Nesse caso, os discentes e técnicos-administrativos enquadram-se na faixa de **MELHORAR**, enquanto os

docentes situam-se na faixa de **DESENVOLVER**. A média geral também se enquadra em **MELHORAR**, indicando que o conhecimento sobre o PDI não atende aos requisitos mínimos de qualidade esperados. Destaca-se, ainda, a elevada proporção de respostas “Não sei” entre discentes (27,27%), evidenciando que uma parcela significativa desse segmento desconhece o principal instrumento de planejamento institucional. Esse dado reforça a percepção de distanciamento entre o planejamento estratégico institucional e a vivência acadêmica dos estudantes.

De modo geral, os resultados da Dimensão 1 indicam que, embora a função social do IFG esteja consolidada e bem compreendida pela comunidade acadêmica, o PDI ainda não é suficientemente apropriado pelos diferentes segmentos, especialmente discentes e técnicos-administrativos. Essa discrepância evidencia uma fragilidade na integração entre os instrumentos formais de planejamento e sua efetiva internalização no cotidiano institucional.

À luz do Eixo 2 do SINAES, verifica-se a necessidade de implementação de ações voltadas ao fortalecimento da divulgação, compreensão e utilização do PDI, por meio de estratégias de comunicação mais acessíveis, ações formativas e mecanismos de participação que aproximem a comunidade acadêmica dos processos de planejamento institucional. Tais medidas são essenciais para garantir maior coerência entre a missão institucional, os instrumentos de planejamento e as práticas efetivamente desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Quadro 12: EIXO 2, DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Eixo 2, Dimensão 1	1 - O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:				2 - O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 prorrogado até 2025) é: (CPA) são:			
	%	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE
Ótimo	33,77%	57,14%	45,45%	45,45%	9,09%	23,81%	0%	10,97%
Bom	44,16%	33,33%	36,36%	37,95%	25,97%	42,86%	45,45%	38,09%
Regular	16,88%	4,76%	18,18%	13,27%	25,97%	14,29%	54,55%	31,60%
Ruim	2,60%	2,38%	0%	1,66%	10,39%	4,76%	0%	5,05%
Péssimo	0%	2,38%	0%	0,79%	1,30%	7,14%	0%	2,81%
Não sei	2,60%	0%	0%	0,87%	27,27%	7,14%	0%	11,47%
Aprovação	77,93%	90,47%	81,81%	<b>83,40%</b>	35,06%	66,67%	45,45%	<b>49,06%</b>

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – Média. N.A. – Não Avaliado.

#### 4.2.2. EIXO 2, DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A análise dos dados do Câmpus Valparaíso, no âmbito do Eixo 2, Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição, evidencia um cenário predominantemente positivo, com indicadores majoritariamente enquadrados nas faixas de **MANTER** e **DESENVOLVER**, ainda que com pontos específicos que demandam atenção institucional.

No que se refere ao respeito às diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade, os índices de aprovação foram de 76,62% entre discentes, 92,86% entre docentes e 100,00% entre técnicos-administrativos, resultando em média geral de 89,83%. Esses resultados enquadram-se na faixa de **MANTER**, indicando que o câmpus atende plenamente aos requisitos de qualidade nesse aspecto. Observa-se forte consolidação de uma cultura institucional pautada no respeito à diversidade e à inclusão, com níveis elevados de reconhecimento por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Quanto ao incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico, os índices de aprovação foram de 79,22% entre discentes, 83,33% entre docentes e 100,00% entre técnicos-administrativos, com média geral de 87,52%. Esse indicador também se enquadra na categoria **MANTER**, evidenciando que o câmpus apresenta desempenho satisfatório e consolidado na promoção de atividades voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, alinhadas à sua função social e à missão institucional.

No que se refere ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, os índices de aprovação foram de 76,62% entre discentes, 78,58% entre docentes e 100,00% entre técnicos-administrativos, resultando em média geral de 85,07%. Esse resultado enquadra-se igualmente na faixa de **MANTER**, demonstrando que a integração entre as diferentes dimensões institucionais está consolidada e é reconhecida positivamente pela comunidade acadêmica.

Por outro lado, no que diz respeito à política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades específicas, os índices de aprovação foram de 56,45% entre discentes, 76,19% entre docentes e 81,82% entre técnicos-administrativos, com média geral de 71,49%. Nesse caso, os discentes situam-se na faixa de **DESENVOLVER**, enquanto docentes e técnicos-administrativos alcançam a faixa de **MANTER**. A média geral enquadra-se em **DESENVOLVER**, indicando que, embora existam avanços, ainda há necessidade de aprimoramento das políticas de inclusão, especialmente no que se refere à sua efetiva percepção e ao seu impacto junto ao corpo discente.

De modo geral, os resultados da Dimensão 3 indicam que o Câmpus Valparaíso apresenta forte aderência aos princípios da responsabilidade social estabelecidos pelo SINAES, especialmente nos aspectos relacionados à diversidade, ao desenvolvimento científico e à integração das atividades institucionais. Entretanto, a política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades específicas demanda ações de fortalecimento, sobretudo no que se refere à ampliação da visibilidade, efetividade e alcance dessas iniciativas entre os estudantes.

À luz do Eixo 2 do SINAES, os resultados evidenciam um cenário positivo, com predominância de indicadores classificados como **MANTER**, indicando consolidação institucional. Ainda assim, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias específicas voltadas à inclusão, de modo a promover maior equidade, acessibilidade e permanência estudantil, fortalecendo o compromisso social do câmpus com uma educação pública inclusiva e de qualidade.

Quadro 13: EIXO 2, DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Eixo 2, Dimensão 3	1 - O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:				2 - O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico				3 - O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração,				4 - A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades			
	%	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE	$\bar{x}$	DIS	DOC	TAE
Ótimo	45,45%	64,29%	18,18%	42,64%	41,56%	30,95%	27,27%	33,26%	38,96%	40,48%	0%	26,48%	24,68%	30,95%	9,09%	21,57%
Bom	31,17%	28,57%	81,82%	47,19%	37,66%	52,38%	72,73%	54,26%	37,66%	38,10%	100%	58,59%	31,77%	45,24%	72,73%	49,91%
Regular	16,88%	4,76%	0%	7,21%	18,18%	9,52%	0%	9,23%	16,88%	16,67%	0%	11,18%	33,77%	16,67%	9,09%	19,84%
Ruim	2,60%	0%	0%	0,87%	1,30%	4,76%	0%	2,02%	3,90%	0%	0%	1,30%	3,90%	2,38%	9,09%	5,12%
Péssimo	0%	2,38%	0%	0,79%	0%	2,38%	0%	0,79%	0%	2,38%	0%	0,79%	1,30%	4,76%	0%	2,02%
Não sei	3,90%	0%	0%	1,30%	1,30%	0%	0%	0,43%	2,60%	2,38%	0%	1,66%	5,19%	0%	0%	1,73%
Aprovação	76,62%	92,86%	100,00%	<b>89,83%</b>	79,22%	83,33%	100,00%	<b>87,52%</b>	76,62%	78,58%	100,00%	<b>85,07%</b>	56,45%	76,19%	81,82%	<b>71,49%</b>

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – Média. N.A. – Não Avaliado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação institucional realizada no Câmpus Valparaíso, no ciclo de 2025, reafirma a relevância da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como instrumento estratégico de diagnóstico, monitoramento e indução de melhorias no âmbito acadêmico e administrativo, em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A atuação da Comissão Local, instituída formalmente e retomada de forma sistemática neste ciclo, representa um passo importante na consolidação da cultura avaliativa no câmpus.

O processo contou com a participação de 130 respondentes, distribuídos entre docentes (42), discentes (77) e técnicos-administrativos (11), correspondendo a aproximadamente 35,04% da população total do câmpus (371 membros). Destaca-se a adesão integral do segmento docente (100%), enquanto os técnicos-administrativos apresentaram participação intermediária (35,48%) e os discentes registraram menor engajamento (25,84%). Esses dados indicam a necessidade de fortalecimento das estratégias de mobilização, especialmente junto ao corpo discente, cuja participação é essencial para a representatividade e legitimidade do processo avaliativo.

Do ponto de vista institucional, os dados evidenciam que o Câmpus Valparaíso passou por significativa expansão desde sua implantação, com crescimento expressivo do corpo discente e docente, consolidando-se como unidade relevante na oferta de educação pública na região do entorno do Distrito Federal. A estrutura física, embora diversificada e adequada em diversos aspectos, incluindo laboratórios especializados, espaços de ensino e infraestrutura de apoio, já apresenta sinais de saturação, o que reforça a necessidade de ampliação por meio da construção de novos blocos e expansão dos espaços acadêmicos e administrativos.

No que se refere aos resultados da avaliação, observa-se que o Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional apresenta fragilidades importantes. Os indicadores relacionados ao conhecimento dos resultados da CPA e à percepção sobre os encaminhamentos institucionais situam-se majoritariamente na faixa de **MELHORAR**, evidenciando deficiência na comunicação institucional e na apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica. Ainda que o planejamento anual do câmpus apresente resultados mais positivos, especialmente no que se refere à participação docente, persistem desigualdades entre os segmentos, com menor envolvimento dos técnicos-administrativos.

No âmbito do Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, a Dimensão 1 revela um cenário contrastante: enquanto o conhecimento da função social do IFG se encontra

consolidado (**MANTER**), o conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresenta fragilidades (**MELHORAR**), especialmente entre discentes e técnicos-administrativos. Esse descompasso evidencia a necessidade de aproximar o planejamento estratégico da vivência cotidiana da comunidade acadêmica.

Já na Dimensão 3 – Responsabilidade Social, os resultados são majoritariamente positivos, com indicadores classificados como **MANTER** nos aspectos relacionados à diversidade, desenvolvimento científico e integração das atividades institucionais. No entanto, a política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades específicas apresenta classificação **DESENVOLVER**, indicando que, embora existam avanços, ainda há necessidade de aprimoramento, sobretudo no que se refere à sua efetividade e visibilidade junto aos discentes.

Diante desse conjunto de evidências, a Comissão Local de Avaliação do Câmpus Valparaíso identifica como principais pontos críticos:

1. Fragilidade na comunicação institucional, especialmente no que se refere à divulgação dos resultados da CPA e do PDI;
2. Baixa apropriação dos instrumentos de planejamento institucional pela comunidade acadêmica;
3. Participação reduzida dos discentes no processo de autoavaliação;
4. Necessidade de ampliação da infraestrutura física do câmpus;
5. Necessidade de fortalecimento das políticas de inclusão e acompanhamento estudantil.

Como encaminhamentos, sugere-se:

1. Implementação de estratégias estruturadas de comunicação institucional, com linguagem acessível e múltiplos canais de divulgação;
2. Realização de ações formativas e seminários sobre o PDI e os resultados da CPA, promovendo maior engajamento da comunidade acadêmica;
3. Ampliação das estratégias de mobilização para participação discente, incluindo integração com atividades acadêmicas e uso de sistemas institucionais;
4. Planejamento institucional voltado à expansão da infraestrutura física do câmpus;
5. Fortalecimento das políticas de inclusão, com maior articulação entre setores e ampliação do acompanhamento estudantil.

Por fim, destaca-se que o presente relatório não deve ser compreendido apenas como instrumento diagnóstico, mas como base para a tomada de decisões e para a implementação

de ações concretas de melhoria. A consolidação de uma cultura avaliativa no Câmpus Valparaíso depende, fundamentalmente, da capacidade institucional de transformar os resultados aqui apresentados em práticas efetivas de gestão, garantindo, assim, a melhoria contínua da qualidade acadêmica e o cumprimento de sua função social.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm). Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 23 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 23 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 04, de 5 de agosto de 2008.** Institui o Conceito Preliminar de Curso – CPC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008.** Institui o Índice Geral de Cursos – IGC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2010 (republicada).

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018.** Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 2018 (republicada).

BRASIL. Ministério da Educação. **SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <https://sistec.mec.gov.br/> ([sistec.mec.gov.br in Bing](https://sistec.mec.gov.br/)). Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **e-MEC – Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.** Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> ([emec.mec.gov.br in Bing](https://emec.mec.gov.br/)). Acesso em: 27 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Relatório de Autoavaliação Institucional 2022.** Goiânia, 2022. Disponível em:

<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/120/Relat%C3%B3rio%20Subcomiss%C3%A3o%20Local%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Campus%20Valpara%C3%ADso.pdf>.

Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). **Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP**. Disponível em: <https://suap.ifg.edu.br/> ([suap.ifg.edu.br in Bing](#)). Acesso em: 26 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 0525 - Reitoria/IFG, de 14 de março de 2025**. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/MARÇO%202025.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 3644 - Reitoria/IFG, de 2 de julho de 2025**. Goiânia, 2025. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias\\_SIPPAG\\_IFG\\_Julho\\_2025.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias_SIPPAG_IFG_Julho_2025.pdf). Acesso em: 21 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 5860 - Reitoria/IFG, de 19 de novembro de 2025**. Goiânia, 2025. Disponível em: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias\\_SIPPAG\\_IFG\\_Novembro\\_2025.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias_SIPPAG_IFG_Novembro_2025.pdf). Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019**. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolução%2038%202019.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <https://share.google/XHWj8w.J5gOL3bE0zg> ([share.google in Bing](#)). Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional – Recredenciamento**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_recredenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf) ([download.inep.gov.br in Bing](#)). Acesso em: 5 mar. 2026.

INEP/DAES/CONAES. **Nota Técnica nº 65/2014**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/nota-tecnica-no-65-conaes-daes-inep.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.